



ACÓRDÃO Nº78/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11362/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo - SPA SÃO RAIMUNDO
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Clizaneth Guimaraes Cavalcante Campos (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5453/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo - SPA SÃO RAIMUNDO. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor «\$artigo_fem_redator_voto» Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual, do SPA do São Raimundo, referente ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade da **Sra. Clizaneth Guimaraes Cavalcante Campos**, Diretora Geral, nos termos dos arts. 22, II e 24, ambos da Lei estadual nº 2423/96, c/c art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação à Sra. Clizaneth Guimaraes Cavalcante Campos**, Diretora Geral, nos termos do art. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2423/96-TCE/AM, c/c art. 163, §1º, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 10.3. **Determinar** à atual Administração, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 22, II, “b” e “c”, da Lei n.º 2423/96-TCE/AM, que:

- 10.3.1. adote as devidas providências no sentido de cumprir fielmente os ditames da Lei federal nº 4320/64, quanto ao item 2 do Relatório Conclusivo nº 81/2018-DICAD/AM, sob pena de ser responsabilizado;



ACÓRDÃO Nº78/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3.2. mantenha atualizada as pastas funcionais com as Declarações de Bens dos agentes públicos, em cumprimento ao art. 13, §1º e §2º, da Lei nº 8.429/92 e art. 289, §1º e §2º, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, item 6 do Relatório Conclusivo nº 81/2018-DICAD/AM, sob pena de ser responsabilizado;
- 10.3.3. encaminhe, para análise da assessoria jurídica, todos os processos de contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, mesmo que não instruídos com minuta de termo de contrato, em atendimento ao art 38, VI, da Lei nº 8.666/93, item 7 do Relatório Conclusivo nº 81/2018-DICAD/AM, sob pena de ser responsabilizado;
- 10.3.4. observe rigorosamente as disposições da Lei n.º 8.666/93, coibindo o uso irregular da dispensa de licitação, cujo montante total ultrapasse o limite máximo vigente, tendo em vista o disposto nos art. 23, §2º, c/c o art. 24, II, da referida Lei, itens 8, 9, 10 e 11 do Relatório Conclusivo nº 81/2018-DICAD/AM, sob pena de ser responsabilizado;
- 10.3.5. Na ocorrência de futuras despesas pagas em forma de reconhecimento de dívida, seja apurada a responsabilidade de quem deu causa à contratação fora dos parâmetros da Lei de Licitações e Contratos (itens 8, 9, 10 e 11 do Relatório Conclusivo nº 81/2018-DICAD/AM), sob pena de aplicação de sanções;

10.4. Determinar ao órgão técnico que verifique a correção das falhas na próxima inspeção *in loco*.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Fevereiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral